

História Antiga: Relações Interdisciplinares.

Paisagens Urbanas,
Rurais & Sociais

Carmen Soares, José Luís Brandão &
Pedro C. Carvalho (coords.)

NAVEGAÇÃO COMERCIAL FLUVIO-MARÍTIMA E POVOAMENTO NO
OCIDENTE DO *MUNICIPIUM OLISIPONENSE*:
EM TORNO DOS RIOS LIZANDRO (MAFRA) E COLARES (SINTRA)
(Commercial fluvio-maritime navigation and population in the
Western *Municipium Olisiponense*: around the Lizandro (Mafra)
and Colares (Sintra) rivers)

MARCO OLIVEIRA BORGES (marcoliveiraborges@gmail.com)¹
Centro de História da Universidade de Lisboa

RESUMO - No presente estudo reforçam-se as hipóteses de que os rios Lizandro e Colares tenham sido navegados durante o Período Romano e usados para escoar a produção rural da região, estando os povoados das suas imediações envolvidos numa rede de trocas comercial integrante do *hinterland* abastecedor de *Olisipo*.

PALAVRAS-CHAVE - período romano; Ocidente do *Municipium Olisiponense*; rio Lizandro; rio de Colares; povoamento; navegação fluvio-marítim; rede de trocas comerciais; *Olisipo*

ABSTRACT - On this study we strengthen the hypothesis of the Lizandro and the Colares rivers have been navigated during the Roman Period and their potential usage as a way of draining the rural production of the region, while the villages in the area were involved in a trade network that was part of the hinterland that supplied *Olisipo*.

KEYWORDS - Roman Period; Western *Municipium Olisiponense*; Lizandro river; Colares river; population; fluvio-maritime navigation; trade network; *Olisipo*

1. INTRODUÇÃO

A área ocidental dos *agri olisiponenses* que envolve os rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra), situados a c. 14 km de distância um do outro², tem revelado uma riqueza destacada de sítios arqueológicos e diversos achados dispersos pelo território, atestando bem a importância do povoamento romano neste espaço geográfico. Estácio da Veiga, numa obra publicada em 1879, já havia chamado a atenção para a existência de diversos dados que indiciavam a presença de antigas povoações com relações familiares próximas da área costeira entre Colares e o concelho de Mafra, mais precisamente até Paço de Ilhas³, embora não tenha estabelecido qualquer ligação com a actividade naval romana nos cursos de água envolventes, apenas com as vias terrestres. Havendo dados que apontam para

¹ Centro de História da Universidade de Lisboa – UID/HIS/04311/2013.

² Se traçarmos uma linha recta a partir da foz do Lizandro até à foz do rio de Colares.

³ Veiga 1879: 31 e 51-52.

a navegabilidade dos rios Lizandro e Colares durante a Idade Média, ainda antes que o progressivo assoreamento costeiro tivesse impedido o avanço do mar para o interior do território em condições de proporcionar a entrada de navios, importa tentar compreender se na Antiguidade os mesmos já seriam usados nesse âmbito e se assumiam funções portuárias. Se para o caso de Colares as investigações recentes têm trazido novidades, existindo um estudo que interliga alguns dados arqueológicos, o povoamento local, a utilização naval do rio e as relações comerciais com *Olisipo*⁴, em relação ao rio Lizandro o assunto está numa fase de análise mais atrasada. É verdade que no passado foi abordada a ideia de este rio ter funcionado como porto e, conseqüentemente, ter servido para escoamento da produção local⁵, mas é necessário aprofundar investigações.

O desenvolvimento deste tipo de estudos, como é evidente, não pode ser levado a cabo sem a compreensão da presença humana no território, que, por sua vez, está dependente do desenvolvimento de escavações arqueológicas, da entrega dos respectivos relatórios com os resultados, do estudo dos materiais exumados, da sua divulgação e publicação em artigos científicos. No entanto, são diversas as condicionantes que giram em torno da Arqueologia e que fazem com que, frequentemente, estas actividades não caminhem lado a lado.

Em 1996, para o caso de Mafra, Maria José de Almeida e Ana Catarina Sousa referiam que embora fossem conhecidos desde há muito tempo dados arqueológicos que atestavam a ocupação romana neste território, não havia ainda “uma preocupação sistemática de estudo desses vestígios, limitando-se esse conhecimento à notícia e recolha de elementos arquitectónicos, epígrafes, numária ou objectos que, pelo seu carácter, constituíssem elementos de interesse especial”⁶. Referiu-se igualmente que a própria ausência de projectos de prospecção arqueológica ou de escavações científicas não permitia caracterizar de forma segura as realidades de povoamento deste concelho durante o Período Romano, se bem que o contributo das investigadoras apontasse já no sentido de sistematizar as informações conhecidas e problematizá-las, visando futuras linhas de análise e de investigação⁷. Vinte anos depois, apesar de algumas novidades arqueológicas e de estudos que, entretanto, foram sendo publicados, ainda se está longe de conseguir caracterizar de forma segura as realidades do povoamento romano em Mafra⁸.

⁴ Cf. Borges 2015b: 152-158. Sobre o porto de *Olisipo*, cf. Mantas 2003: 13-29.

⁵ Vide infra, n. 14.

⁶ Almeida e Sousa 1996: 207.

⁷ Dizia-se mesmo que o conhecimento do povoamento romano nesta área apresentava uma falsa imagem de “vazio de ocupação”, algo que apenas reflectia “o estado da investigação” (cf. Almeida e Sousa 1996: 207-209).

⁸ Cf. Sousa 2008: 465.

Em relação ao concelho de Sintra, é reconhecida uma maior riqueza de sítios arqueológicos, tradição de investigação, escavações e de publicações no âmbito da ocupação romana. No entanto, no seguimento da vertente de análise que aqui será desenvolvida, é fundamental ligar os antigos povoados e achados arqueológicos com a própria ideia de navegabilidade do rio de Colares e de escoamento da produção local através deste curso de água. Até ao presente tem sido dada quase exclusiva importância à utilização do transporte terrestre para a entrada e saída de mercadorias do território, isto quando o uso de embarcações seria mais barato, rápido e seguro.

Assim, a par da tentativa de compreensão das vias terrestres do Ocidente do *Municipium Olisiponense*, as quais ligavam as diversas *villae*⁹ e casais agrícolas da região, servindo igualmente para a chegada e saída de mercadorias, é preciso trazer à discussão a importância dos rios em análise enquanto escoadores da produção local¹⁰. Neste seguimento, o tipo de estudo que aqui pretendemos fazer assume vital importância, até porque, contrariamente à rede viária romana na Península Ibérica, para a qual existem vários trabalhos, a análise dos portos ainda está numa fase de investigação relativamente recente¹¹.

Face à evidente ausência de dados históricos que nos permitam compreender as dinâmicas humanas estabelecidas nos locais focados desde tempos recuados, este estudo acaba por ter uma saliente componente hipotética/explicativa baseada na sistematização e ligação de dados arqueológicos dispersos. Contudo, importa referir que para já não é possível fazer um apanhado exaustivo e problematização de todos os sítios e dos dados arqueológicos que foram recolhidos ou que estão identificados, havendo a prioridade de explorar aqueles que se encontraram mais próximos dos cursos de água em análise.

⁹ Contrariamente a visões mais tradicionais, em que a *villa* romana surge fundamentalmente como “uma unidade de exploração agro-pecuária equipada com funcionalidades urbanas”, é preciso ter em conta muitas outras actividades produtivas que se desenvolviam nas *villae* (Carneiro 2010: 229-231). Sobre a discussão em torno deste assunto, cf. Carneiro 2010: 225-250.

¹⁰ O estudo da relação entre portos e vias, algo que requer uma análise cuidada das características físicas do território e dos antecedentes do domínio romano, é um dos aspectos mais descuidados no estudo das comunicações na Lusitânia (cf. Mantas 2004: 429).

¹¹ Cf. Mantas 2003: 13; Mantas 2004: 427.

também se usava para intitular o rio Lizandro) era navegável por essa altura¹⁶. O autor não ousou arriscar a chegada de navios até Cheleiros, vila situada a c. 16 km a montante da praia da Foz do Lizandro (se seguirmos o trajecto do actual curso de água), acreditando que talvez tivesse sido possível navegar apenas até à igreja de Nossa Senhora do Ó (ou senhora do Porto)¹⁷.

As interpretações de Estácio da Veiga sobre este assunto haveriam de ser seguidas posteriormente, ainda que sem se fazer uma interpretação crítica do foral de 1190 quanto ao rio exacto em que as barcas acediam ao interior do actual concelho de Mafra¹⁸. Ora, o referido documento alude, de facto, ao peixe miúdo transportado em barcas e à madeira que entrava “pollo rio” até ao interior do território, isto com o objectivo de abastecer a vila velha de Mafra e arredores, mas, na verdade, não refere qual o rio que era usado para esse efeito. Havendo igualmente tradições orais de navegação para outros dois cursos de água deste concelho, ou seja, o rio Sarafujo e a ribeira de Ilhas (situados a Norte da foz do Lizandro), e tendo em conta as alterações de ordem geomorfológica que se verificaram ao longo dos séculos e que levaram ao assoreamento da orla costeira e de vários rios, com o consequente impedimento da entrada do mar para o interior dos vales e a respectiva perda da capacidade de navegação, há que atenuar a interpretação inicial e taxativa de Veiga que via no rio Lizandro o único acesso naval ao interior do território mafrense¹⁹. Em todo o caso, é provável que, em finais do século XII, e se alguma vez foram mesmo navegáveis, aqueles dois cursos de água já não tivessem grande importância, tanto mais que não surgem descritos no documento em questão.

Apesar destas observações, a interpretação sobre a antiga navegabilidade do rio Lizandro não está em causa, sendo de sublinhar a ideia da existência de um porto junto à igreja de Nossa Senhora do Ó e que já havia sido mencionado por Estácio da Veiga, se bem que o investigador não tenha feito qualquer menção à navegação neste curso de água durante o Período Romano. Aliada à memória toponímica, a tradição oral remete a existência de um antigo cais para as proximidades da ponte de provável origem medieval que fica imediatamente a Sul da referida igreja, o qual seria usado para embarcar o carvão produzido pelos habitantes da Carvoeira²⁰. Portanto, tratava-se de um porto que ficaria já no curso terminal deste rio, a c. de 3,5 km a montante da actual praia da Foz do Lizandro.

¹⁶ Veiga 1879: 110.

¹⁷ Veiga 1879: 110.

¹⁸ Assunção 1967: 13-14; Matta 1981: 4; Fernandes 2009: 30, n. 4; Gandra 2014: 13.

¹⁹ Veiga 1879: 110.

²⁰ Cf. Fernandes 2009: 30, n. 4; Fernandes e Vilar 2009: 8.



Figura 2. Foz do rio Lizandro na actualidade (Foto: Marco Oliveira Borges).



Figura 3. Vista de montante para o vale do rio Lizandro e igreja de Nossa Senhora do Ó (Foto: Rui Andrade).

De qualquer forma, é verosímil que em épocas mais recuadas, com maior caudal devido ao avanço do mar, mas sendo navegável provavelmente apenas em períodos de preia-mar, este rio pudesse ter possibilitado a existência de outros focos de aportagem e de apoio mais para o interior do território, com cais, docas ou outras construções em pedra ou madeira, se bem que não fosse obrigatória

a edificação deste tipo de estruturas, tanto mais que alguns locais com funções portuárias nunca tiveram qualquer tipo de construção²¹. Porém, reforce-se que a presença de vários sítios de aportagem é uma característica que terá sido corrente nalguns rios, podendo a prospeção arqueológica ao longo das suas margens permitir localizar antigas estruturas portuárias ou apenas cultura material associada a esses espaços²². No presente caso em estudo, e atendendo à geomorfologia do vale do Lizandro, caracterizada pela sua largura considerável em grande parte do trajecto (fig. 3), é provável que o braço de mar que inundava esta área se estendesse mais para montante ainda em tempos históricos, possivelmente até ao Carvalhal (c. 13 km a montante da praia da Foz do Lizandro), podendo este local ter tido funções portuárias. Talvez o porto situado na área da Senhora do Ó, e à medida que o assoreamento se fora intensificando e dificultando a chegada de navios ao interior, tenha sido o último foco portuário activo, podendo, porém, ter funcionado em paralelo com outros durante o Período Romano e até mesmo já durante a Idade Média. Neste sentido, refira-se que Mário Saa acreditava que durante a romanidade a foz do rio Lizandro era um porto de abrigo²³.

Um dos problemas que, frequentemente, limitam este tipo de investigações tem a ver com a escassa ou total ausência de referências tipológicas materiais, de quais as estruturas arqueológicas detectadas e de qual o seu contexto de descoberta, sendo que nalguns casos as informações já vêm do século XIX ou são veiculadas apenas por tradição oral. Note-se, por exemplo, que diversos vestígios romanos foram detectados na área da igreja de Nossa Senhora do Ó sem que tenham sido especificados²⁴. O local chegou a ser referido como tendo sido um grande centro comercial no século II d.C., embora sem que se tenha fundamentado tal afirmação²⁵. Em todo o caso, já ao finalizarmos este estudo, fomos informados de que intervenções arqueológicas recentes realizadas na margem direita do vale do Lizandro, junto à supracitada igreja, puseram a descoberto estruturas romanas, referindo-se mesmo a existência de cetárias. Através do Portal do Arqueólogo tivemos acesso a um resumo descritivo muito sucinto dos trabalhos realizados em 2012, sob a responsabilidade de Carlos Batata, sendo referida uma forte ocupação do local e a detecção de vestígios romanos (Alto e Baixo-Império), visigóticos e islâmicos²⁶. Menciona-se igualmente o reconhecimento de muros

²¹ “Os vestígios materiais de tipo portuário, ou seja, construções especializadas tais como cais, docas, rampas de varadouro [...], poderão efectivamente nunca ter existido em locais com funções portuárias, na medida em que essas funções se verificavam muitas vezes na total ausência de estruturas, mesmo em épocas muito recentes” (cf. Blot 2003: 22-23).

²² Mantas 2004: 440.

²³ Saa 1960: 14.

²⁴ Cf. Gandra e Caetano 1995: 255; Gandra 2014: 105.

²⁵ Cf. Gandra e Caetano 1995: 255; Gandra 2014: 105.

²⁶ A notícia destas intervenções arqueológicas surgiu-nos já nos últimos dias de final

largos e toscos, sem que se tenha conseguido atribuir uma cronologia precisa, ainda que tenha ficado referido que seriam visigóticos ou islâmicos, bem como a detecção de cerâmicas romanas de diversos tipos, de frescos e mosaicos. Nada é exposto sobre cetárias, sendo o sítio apresentado apenas como um povoado.

A igreja local será de origem medieval, chegando a ser referido que o edifício primitivo poderá ter sido inicialmente uma mesquita²⁷. Alguns autores acreditam que a ponte de cantaria que se situa imediatamente a Sul da referida igreja – sobre a ribeira – será romana²⁸, se bem que recentemente lhe tenha sido atribuída uma suposta origem medieval²⁹, situação mais verosímil. Para além do que foi dito, pensa-se que durante o Período Romano partisse de S. Miguel de Odrinhas um ramal da estrada de Lisboa a Torres Vedras na direcção de Assafora, prosseguindo para a Senhora do Ó³⁰. Não muito longe deste último sítio fica a povoação da Carvoeira, mas, para este local, e pelo que conseguimos apurar, apenas foi achada, em 1965, uma moeda do imperador Cláudio (41-54 d.C.)³¹.

Além do tal porto que ficaria situado junto à igreja de Nossa Senhora do Ó, e como já foi salientado, é possível que tenham existido outros focos portuários ao longo do rio Lizandro, o qual tinha vários afluentes. Mais para o interior do território existe inclusive a referência documental ao “portum Mizalfornum” (10 de Dezembro de 1253)³², pelo que Paulo Almeida Fernandes crê que este território fosse servido por outro porto, ligado a Mafra, acreditando assim que seria “um cais na ribeira de Muxalforro”³³. Este curso de água, afluente do rio Lizandro, situa-se a Noroeste de Cheleiros, próximo da Igreja Nova e encontrava-se no curso da via romana de Odrinhas a Mafra³⁴.

No entanto, é preciso ter em conta que o termo “porto” nem sempre queria reportar-se a um “porto de mar” ou “porto fluvial” frequentado por navios. Na verdade, este termo também podia ser usado para significar a passagem de um rio com passadeira ou pedras soltas, um caminho, um local de passagem para um povoado³⁵, podendo ter um papel importante como nó de cruzamento entre

do prazo para a entrega do presente artigo, após ajustes sugeridos pelo avaliador científico, situação que não permitiu ainda ter acesso ao relatório dos trabalhos realizados em 2012, apesar de, entretanto, o pedido ter sido feito à DGPC.

²⁷ Gandra 2014: 115 e 347.

²⁸ Gandra e Caetano 1995: 249 e 255; Lopes 1996: 236.

²⁹ Gandra 2014: 105 e 115.

³⁰ Saa 1960: 13-15; Gandra e Caetano 1995: 255; Lopes 1996: 236; Gandra 2014: 105-106.

³¹ Gandra e Caetano 1995: 253; Lopes 1996: 236; Gandra 2014: 98.

³² Pub. por Costa 2000: 97.

³³ Cf. Fernandes 2009: 30.

³⁴ Gandra e Caetano 1995: 290.

³⁵ Cf. Vasconcellos 1975: 646; Machado 1977: 406; Marques 1987: 127; Coelho 1989: 402-403.

as vias terrestres e redes fluviais³⁶. A. H. de Oliveira Marques foi um dos investigadores a alertar para esta situação, referindo o facto de que, a nível nacional, a toponímia registava mais de 300 “portos”³⁷. Neste sentido, o porto de Munchalforro poderia enquadrar-se apenas nestas tipologias.

Seja como for, estamos perante uma área geográfica que não foi estranha à navegação e que começa agora a receber maior interesse quanto ao seu passado naval romano e até anterior. Olhando para Norte, a partir da foz do rio Lizandro, temos o porto da Ericeira, local que já teria a sua importância desde a Antiguidade. Situado c. 1,9 km a Sudeste deste porto, o pequeno povoado da Lapa da Serra – junto ao qual correm e fundem-se um afluente e um sub-afluente da margem direita do rio Lizandro – forneceu diversos fragmentos de cerâmica em acções fortuitas e de abertura de valas sem qualquer acompanhamento arqueológico³⁸. Para além de bocados de um pote de grandes dimensões característicos da Idade do Ferro indígena, se bem que o seu fabrico tenha sobrevivido ao início da romanização, refira-se parte da boca de uma ânfora de tipo Mañá C 2 a. Fabricada na região púnica por volta de 175 a 125 a.C., terá servido para transporte piscícola³⁹. Ademais, acrescenta-se os fragmentos de uma pequena taça em *terra sigillata* hispânica, de tipo Dragendorff 27, enquadrável na segunda metade do século I d.C., bem como partes de um prato em *terra sigillata* itálica, datável de um período entre 15 a.C. a 80 d.C., e um fragmento de asa de ânfora Lusitana 2, este último servindo para o envase de produtos piscícolas. Por fim, a detecção de tégulas atestou a existência de antigas construções. Face a tais evidências, foi colocada a hipótese de se estar perante um povoado pré-romano de carácter agrícola, posteriormente romanizado e abandonado, algures na segunda metade do século I d.C.⁴⁰.

Mas a presença romana nas imediações do porto da Ericeira foi mais alargada e deverá ter tido uma activa ligação com a vida marítima, à semelhança do que terá acontecido na costa de Sintra e em Cascais. Em 1999 e 2001 já tinham sido descobertos dois sítios arqueológicos nas proximidades da vila velha da Ericeira e que terão funcionado na mesma altura, levando os investigadores a crer que se estava perante uma área de exploração agro-pecuária e piscatória em que o porto ericeirense tinha um papel importante igualmente no tráfego mercantil local⁴¹.

³⁶ Coelho 1989: 402, n. 2.

³⁷ Marques 1987: 127.

³⁸ Cf. Diogo e Costa 2005: 412-420.

³⁹ Diogo e Costa 2005: 419.

⁴⁰ Diogo e Costa 2005: 419.

⁴¹ Diogo e Costa 2000: 207-214; Diogo e Costa 2002: 333-335. No Portal do Arqueólogo é referido que, durante um mergulho amador ao largo da Ericeira, foi detectado um presumível “barco romano com ânforas”. As informações foram recolhidas por via oral (Bombico 2011: 79).

Voltando ao percurso do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros, de jusante para montante, vamos encontrar outros locais dispersos em que foram identificados vestígios romanos e que, para além de se relacionarem com o povoamento local, podem estar associados a uma entrada no interior do território por este curso de água. É o caso do Carvalho, povoação onde foram achados fragmentos de cerâmica e sepulturas romanas escavadas em blocos de basalto, tendo sido postas a descoberto quando foi alargada a estrada para esse local. Presume-se que aqui terá existido uma *villa* romana. A via de Odrinhas a Mafra atravessava a ribeira de Cheleiros junto ao Carvalho, continuando pelo Boco, Munchalforro e Almada⁴².

Relativamente à velha povoação de Cheleiros, situada na fronteira entre o actual concelho de Mafra e o de Sintra, na margem direita da ribeira com o mesmo nome e ocupando a base de uma vertente bastante pronunciada⁴³, sabe-se que é um local onde também foram detectadas cerâmicas e tulhas (romanas?). As descobertas ocorreram a poente da igreja Matriz de Nossa Senhora do Reclamador (possível sucessora de uma mesquita) e no interior de casas particulares, não havendo indicações quanto ao destino e tipologia do espólio⁴⁴. Na fachada Sul da dita igreja existem dois cipos de calcário adossados, de proveniência desconhecida, tendo sido transferidos do pórtico ocidental, onde estiveram a ladeá-lo até ao restauro da igreja de 1940. Estamos perante duas lápides sepulcrais contendo epitáfios⁴⁵. Para além disso, e já em 1995, foi identificado um capeamento de ara romana durante obras de beneficiação do mesmo edifício, estando o elemento pétreo adossado no seu alçado principal⁴⁶ (fig. 4). Presume-se que seja de um espaço cronológico entre a segunda metade do século I e a primeira metade do século II d.C.⁴⁷. No geral, os elementos arquitectónicos e epigráficos referidos indiciam a existência de uma necrópole romana nas imediações desta igreja e, conseqüentemente, de um *habitat*⁴⁸.

⁴² Manique 1947: 77; Gandra e Caetano 1995: 249 e 255; Lopes 1996: 244 e 246.

⁴³ Sousa e Miranda 2002: 289.

⁴⁴ Veiga 1879: 60-61, 79-80 e 82; Gandra e Caetano 1995: 257.

⁴⁵ “[T.] POMPEIVS / FLORVS H.S.E.”; e “LETORIVS / ET EPIFANIVS / REQVIT IN PACE / VIXIT VNVS ANNOS / [...] ERA DLXXV” (cf. Veiga 1879: 80; Gandra e Caetano 1995: 257; Sousa e Miranda 2002: 292-293; Matias 2005: 85-86).

⁴⁶ Sousa e Miranda 2002: 291.

⁴⁷ Matias 2005: 117.

⁴⁸ Veiga 1879: 81; Sousa e Miranda 2002: 291.



Figura 4. Capamento de ara romana integrado no alçada principal da igreja Matriz de Nossa Senhora do Reclamador (Foto: Rui Andrade).

Muito próximo da dita igreja, embora numa área de cota mais baixa e por onde passa a ribeira local, existe uma ponte que alguns autores acreditam que possa ser romana⁴⁹ e que tenha servido a via que, de Galamares por Sintra, Lourel, Montelavar, Faião e Cheleiros, conduzia a Mafra⁵⁰. No entanto, o mais provável é que a ponte seja medieval⁵¹, devendo ter sido construída algures entre os séculos XIII-XIV⁵², se bem que também tenha sido colocada a possibilidade de remontar à Antiguidade mas de ter sofrido evidentes restauros com o decorrer dos séculos⁵³.

Na Mata Pequena, local situado um pouco a Nordeste da velha povoação de Cheleiros, foram detectados diversos elementos arquitectónicos em mármore, fragmentos de *terra sigillata* e de lucerna, duas moedas e uma pequena cabeça de estatueta em marfim de grande qualidade artística⁵⁴. De acordo com Maria José de Almeida e Ana Catarina Sousa, é possível que estes achados estejam relacionados com a existência de um *habitat* rural de características senhoriais em

⁴⁹ Byrne 1993: 44; Gandra e Caetano 1995: 257; Lopes 1996: 252; Sousa e Miranda 2002: 291.

⁵⁰ Byrne 1993: 46; Gandra e Caetano 1995: 257; Sousa e Miranda 2002: 291-292.

⁵¹ Mantas 1996: 885.

⁵² Almeida 1950: 322; Fernandes 2009: 36-38.

⁵³ Fernandes 2009: 36-37.

⁵⁴ Almeida e Sousa 1996: 213-214; Lopes 1996: 252.

que se poderiam combinar as actividades agrícolas com actividades ligadas à sua integração numa rede de trocas regional⁵⁵. O estudo da cultura material recolhida neste local haveria de ser feito por Élvio Melim de Sousa e Eurico Sepúlveda, os quais sugeriram que a ocupação do sítio terá ocorrido, pelo menos, entre finais do século I e o século IV d.C., podendo mesmo ter-se estendido até ao terceiro quartel do seguinte⁵⁶. Entre os materiais estudados, refira-se, por exemplo, fragmentos de *terra sigillata* galo-romana, *terra sigillata* itálica e um fragmento de boca de ânfora com arranque de asa da forma Almagro 50, possível variante⁵⁷. Pelo facto de terem sido encontradas quantidades significativas de materiais para uso doméstico e, especialmente, pela grande qualidade de alguns deles, bem como pela descoberta de um elemento decorativo em mármore, Élvio Melim de Sousa e Eurico Sepúlveda crêem que na Mata Pequena tenha existido uma *villa*⁵⁸. Refira-se ainda que estes investigadores divergem da interpretação inicial que foi feita sobre a cabeça de estatueta ali recolhida, duvidando de que seja do Período Romano⁵⁹.

A Norte da Mata Pequena encontra-se a Igreja Nova, sendo que na galilé da matriz existe uma ara romana que serve de base à pia de água benta ali presente⁶⁰.

Outro local das proximidades que forneceu vestígios romanos tem como topónimo Currais Velhos (Casais do Lexim), tendo sido identificada por Estácio da Veiga uma necrópole de inumação (datável dos séculos I a IV d.C.) com onze sepulturas exploradas e outras já destruídas, bem como duas armas de ferro, um bronze de Tibério (proveniente de *Augusta Emerita*) e outro de Teodósio I⁶¹. Em Casais do Lexim terá existido um povoado (casal agrícola ou *villa*?)⁶² que seria “servido pela estrada de Maceira, por Anços, Vale da Pipa e Rebanque, a Cheleiros”⁶³.

Não muito longe, no Penedo do Lexim (1974), num pequeno abrigo sob rocha encaixado entre dois grandes afloramentos basálticos, foi recolhido um púcaro cerâmico (possivelmente do século IV d.C.) que terá servido de urna

⁵⁵ Almeida e Sousa 1996: 213-214.

⁵⁶ Sousa e Sepúlveda 1999: 41, 48, 50 e 64.

⁵⁷ Outrora produzida no actual território português e servindo para o transporte de derivados de peixe, esta forma circulou com bastante frequência entre o século III d.C. e, possivelmente, até finais do século IV, sendo detectada com relativa frequência no Mediterrâneo Ocidental. Os fornos de Abul terão começado a produzir esta forma em substituição das formas tardias de ânforas Dressel 14 (Sousa e Sepúlveda 1999: 52).

⁵⁸ Sousa e Sepúlveda 1999: 64.

⁵⁹ Sousa e Sepúlveda 1999: 47.

⁶⁰ Gandra e Caetano 1995: 273.

⁶¹ Veiga 1879: 33-37 e 46-47; Freire e Passos 1933: 10; Gandra e Caetano 1995: 272.

⁶² Cf. a discussão de Veiga 1879: 47-51 e 81.

⁶³ Gandra e Caetano 1995: 272.

e um unguentário em vidro (séculos III-IV d.C.), embora ambos ausentes de contexto arqueológico documentado⁶⁴. Contudo, é possível que estes materiais fossem provenientes de uma área do sopé do Penedo, provavelmente da necrópole escavada por Estácio da Veiga ou de outra das imediações, ou, embora com menor probabilidade, de terem sido fruto de uma deposição secundária e levados para aquele local num período posterior⁶⁵. Já no topo do Penedo (*locus* 1), e durante campanhas arqueológicas que tiveram início em 1998, foram detectadas telhas e outros diversos tipos de cerâmica romana, incluindo um fragmento de ânfora (Maña C2), materiais que corresponderão ao período republicano. É possível que o local, caracterizado pela sua altura, tenha servido de vigia. Nas imediações do Penedo do Lexim são abundantes os vestígios de ocupação romana desde o período republicano até ao Baixo-Império⁶⁶.

Próximo do Lexim fica o Casal do Rei, local onde foi encontrado, entre as raízes de uma figueira derrubada por um temporal, um vaso de vidro esverdeado (unguentário?) do Período Romano em perfeito estado de conservação⁶⁷. Este é um sítio que permanece por explorar em toda a sua extensão⁶⁸, estando ainda por determinar qual a tipologia de ocupação do espaço, se bem que a possível existência de uma necrópole nesta área tenha levado à hipótese de se tratar de uma *villa*⁶⁹. A cronologia do vaso de vidro esverdeado e respectiva ocupação desta área foi equacionada para um período entre finais do século III e todo o século IV d.C.⁷⁰.

Em 1943, numa reunião da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Mafra, foi dada a conhecer a recente descoberta de uma sepultura romana, numerosos pedaços de telha grossa, uma coluna em calcário e um peso de tear no local da Rólia. Embora na altura tivesse sido planeada a investigação daquele arqueossítio, a verdade é que tal intenção não foi avante⁷¹. Em 1993, no referido sítio da Rólia, Maria José de Almeida e Ana Catarina Sousa observaram uma grande dispersão de materiais de construção (*tegulae*, tijolos, etc.) existentes à superfície. Contudo, posteriormente, os trabalhos agrícolas locais acabaram por deslocar e eliminar parte das evidências arqueológicas⁷². Foram, porém, recolhidos alguns fragmentos de cerâmica comum e de *terra sigillata*⁷³, um deles

⁶⁴ Sousa 2007: 298-308.

⁶⁵ Sousa 2007: 304 e 308.

⁶⁶ Sousa 2007: 307-308.

⁶⁷ Gandra e Caetano 1995: 271-272; Sousa e Sepúlveda 1999: 60.

⁶⁸ Fernandes 2009: 32.

⁶⁹ Sousa e Sepúlveda 1999: 60 e 64.

⁷⁰ Sousa e Sepúlveda 1999: 60 e 65.

⁷¹ Gandra e Caetano 1995: 293-294.

⁷² Almeida e Sousa 1996: 209.

⁷³ Almeida e Sousa 1996: 211.

galo-romano⁷⁴. O sítio da Rólia terá sido ocupado, pelo menos, entre o início do século I e início do século II d.C. (c. 20 a 120 d.C.)⁷⁵. Em todo o caso, fica a dúvida se ali existiu uma *villa* ou um casal agrícola⁷⁶.

Por fim, 500 m a Norte da povoação da Godinheira (freguesia de Santo Estêvão das Galés) foram detectados e recolhidos vários fragmentos de cerâmica comum, um bocal de ânfora (Almagro 51c), dois pesos de tear (*pondera*) e uma moeda em bronze⁷⁷. A Godinheira fica próxima de Monfirre, local onde em 1993, mais precisamente no lugar da Fonte Velha, foi descoberto um cipo epigrafado (século I d.C.) que era originário do primeiro local referido, estando inicialmente associado a uma nascente monumental que ainda hoje é usada pela população, a qual se opôs à deslocação do exemplar para o Museu Regional de Sintra⁷⁸. Na Godinheira terá existido uma *villa* rústica⁷⁹ que terá sido ocupada, seguramente, entre a segunda metade do século I e o século V d.C.⁸⁰.

De uma forma geral, e face aos intensos vestígios de povoamento romano detectados ao longo da bacia hidrográfica do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros, faltando ainda aduzir outros rios das proximidades, é de crer que esta área tenha tido um importante papel no Ocidente do *Municipium Olisiponense*, mormente no que respeita à exploração agrícola, à produção de preparados piscícolas e à extracção de mármore e de calcário para abastecimento de *Olisipo*⁸¹, “cidade que foi o principal porto da Lusitânia imperial e um dos mais importantes da área atlântica do Império Romano”⁸². Esses vestígios de ocupação romana estão associados a possíveis casais agrícolas, a *villae*, a fábricas de produção de preparados piscícolas e a outros tipos de fixação humana, não esquecendo ainda os povoados e dados dispersos obtidos nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Cheleiros, já no actual concelho de Sintra⁸³ (fig. 5), os quais terão de ser explorados e adicionados numa outra altura.

⁷⁴ Sousa e Sepúlveda 1999: 63.

⁷⁵ Sousa e Sepúlveda 1999: 41 e 64-65.

⁷⁶ Almeida e Sousa 1996: 212; Sousa e Sepúlveda 1999: 63-64.

⁷⁷ Gandra e Caetano 1995: 304; Lopes 1996: 254; Sousa e Sepúlveda 1999: 58.

⁷⁸ Gandra e Caetano 1995: 304-305; Almeida e Sousa 1996: 210-212; Sousa e Sepúlveda 1999: 57-59; Matias 2005: 98.

⁷⁹ Gandra e Caetano 1995: 304.

⁸⁰ Sousa e Sepúlveda 1999: 64-65.

⁸¹ Vide infra, n. 129.

⁸² Mantas 2003: 13.

⁸³ Sousa e Miranda 2002: 292.

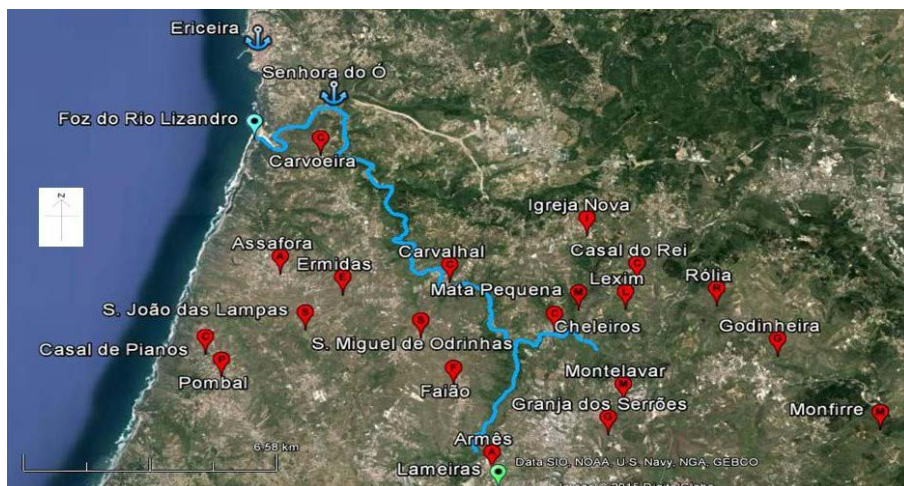


Figura 5. Vista da área do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros e sítios arqueológicos envolventes.

2. EM TORNO DO RIO DE COLARES

O rio de Colares, actualmente reduzido à condição de ribeira, situa-se no concelho de Sintra, a Sul do rio Lizandro e um pouco a Norte do promontório de Ofiússa (cabo da Roca)⁸⁴. Nasce a c. 14 km da sua foz⁸⁵, a actual praia das Maças (figs. 6, 7 e 8), sendo que terá sido navegável pelo menos até ao século XII, altura em que a frota de Sigurd terá subido este rio quando atacou Sintra (1109)⁸⁶. O que permitia a navegabilidade deste rio era o braço de mar que antigamente inundava o vale de Colares, possivelmente apenas em períodos de preia-mar⁸⁷, possibilitando o acesso ao interior do território sintrense e ao porto local, o qual estaria situado na área da várzea, ou seja, a c. 4 km da praia das Maças⁸⁸. Contudo, a tradição refere que antigamente o mar chegaria mais para

⁸⁴ Avieno 1992: 22 e 47, n. 33. Também conhecido por *Promontorium Lunae* e *Promontorium Magno*.

⁸⁵ Cf. Boléo 1940: 85-87; Azevedo 1988: 102; Caetano 2000: 18-19.

⁸⁶ Caetano 2000: 41; Borges 2012a: 124-125; Borges 2012b: 167-168; Pires 2014: 183; Borges 2015b: 160.

⁸⁷ João de Barros, aludindo a um suposto acontecimento algo fantasiado ocorrido no rio de Colares durante o Período Islâmico, no local onde refere que existia um porto interior, dá a entender que esse curso de água só seria navegável durante a preia-mar: “porque a maré a este tempo vazava, ficaram algumas naus tão baixas na mãe do rio, e a terra tão alcantilada, que toda ficou igual com o bordo da nau” (Barros 1953: 78).

⁸⁸ Contrariamente a Daveau, 1980: 26; Mattoso, Daveau e Belo 2013: 472, o porto não estava situado na foz da ribeira de Colares, mas, como referimos, na área da várzea. É possível que, enquanto o rio de Colares foi navegável, a enseada da praia das Maças e imediações tenham chegado a funcionar como ancoradouro, até mesmo em períodos de baixa-mar e em que possivelmente não se poderia penetrar no interior do território, mas essa área só terá sido um ancoradouro activo quando o assoreamento costeiro impediu definitivamente a subida do

montante, até Galamares⁸⁹ (fig. 8), povoação situada a c. 8,5 km da foz do rio em análise⁹⁰, sendo esta uma das localidades sintrenses onde foram assinalados vestígios epigráficos romanos⁹¹. Muito embora seja possível que, à semelhança da hipótese colocada para o caso do rio Lizandro, tenham existido outros focos portuários ao longo do rio de Colares, é preciso ver com algumas reservas a ideia de se ter podido navegar até Galamares⁹². Aliás, somente através de estudos paleoambientais e paleogeográficos se poderá compreender melhor até que ponto o mar inundava o vale de Colares, permitindo a sua navegabilidade, bem como os fenómenos de assoreamento que progressivamente impossibilitaram a entrada de navios a partir da praia das Maças.



Figura 6. Praia das Maças vista de uma área mais baixa do Alto da Vigia (Foto: Marco Oliveira Borges).

Depois de Maria Teresa Caetano ter recolhido e sistematizado as informações históricas dispersas sobre o rio e porto de Colares, aduzindo ainda outros elementos toponímicos diversos e dados de ordem geomorfológica que permitem pensar na navegabilidade daquele curso de água em épocas recuadas⁹³, dois

rio (vide infra, n. 94-95).

⁸⁹ Cf. Santa Anna 1751: 84 [sic], i. é, 86.

⁹⁰ Seguindo o trecho da actual ribeira de Colares.

⁹¹ Juromenha 1989-1990: 198-199; Ribeiro 1982-1983: 158-159.

⁹² Contrariamente ao que referimos em Borges 2015b: 158.

⁹³ Caetano 2000: 13-23, 33-34, 40 e passim.

estudos posteriores possibilitaram aprofundar questões e trazer novas interpretações em torno deste rio e porto: um deles focando-se no Período Islâmico, ainda que lançando luzes quanto ao Período Romano⁹⁴, e outro dedicando já grande atenção às cronologias romanas⁹⁵. De facto, embora a ideia da existência de um porto interior em Colares remeta-nos para a Idade Média, é muito provável que o rio de Colares já fosse navegado durante o Período Romano ou até mesmo antes⁹⁶. Existem importantes evidências arqueológicas romanas dispersas pela área da actual ribeira de Colares e arredores que, uma vez relacionadas com o antigo rio, com a sua navegabilidade e com o povoamento local, permitem explorar diversas hipóteses.

Em pleno século I d.C., altura em que os romanos terão construído um santuário dedicado ao Sol, à Lua e ao Oceano no Alto da Vigia⁹⁷, outeiro situado a Sul e sobranceiro ao rio colarense, este curso de água teria uma foz ampla por onde entrava o mar, constituindo-se assim como um canal privilegiado de comunicação e ligação naval com o interior do território⁹⁸. No entanto, é muito provável que o rio já tivesse alguma importância nesse âmbito durante a Idade

⁹⁴ Borges 2012a: 109-128.

⁹⁵ Borges 2015b: 152-158.

⁹⁶ Cf. Boléo 1940: 40.

⁹⁷ A julgar pelos testemunhos epigráficos recolhidos nos últimos anos, terá sido muito provavelmente ainda na primeira metade do século I d.C. (Gonçalves 2016: 7 e 70). Anteriormente, a cronologia de fundação do santuário era apontada para o século II d.C. (Ribeiro 1995-2007: 607 e 609; Ribeiro 2000: 236-237). Na mesma área, inclusive com alguns elementos arquitectónicos romanos, foi construído um *ribat*, já durante o Período Islâmico, e uma vigia que tem sido associada ao reinado de D. Manuel I (Gonçalves 2016: 10; Ribeiro 2016 (no prelo)). É possível que as descobertas que Valentim Fernandes observou durante a sua visita ao Alto da Vigia (Agosto de 1505), ou seja, três colunas de pedra de forma quadrada com caracteres romanos encontradas debaixo de terra (Costa 1939: 87-88), tenham sido detectadas devido a obras de construção dessa vigia (Gonçalves 2016: 10; Ribeiro 2016) – que até recentemente foi interpretada como sendo a torre de um facho (Jordão, Mendes e Gonçalves 2009: 3-4 e 17; Gonçalves 2014: 11-12) – ou apenas a trabalhos de reparação/reformulação após uma possível destruição causada pelos sismos que terão ocorrido em 1504-1505. Estes sismos terão provocado estragos na torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais (c. 1494) e nas muralhas medievais da vila, pelo que poderá ter acontecido o mesmo em edificações do litoral de Sintra. Terá sido neste sentido que o monarca ordenou que se reunissem meios para que essas estruturas cascalenses entrassem em reparação, coincidindo assim com a altura das informações escritas por Valentim Fernandes, sendo que o documento que o comprova é de 12 de Agosto de 1505 (cf. Borges 2015a: 106-108). Outros sismos ocorridos em anos posteriores, 1512, 1527, 1528 e 1531 (Borges 2015a: 108), poderão ter levado a estragos na estrutura do Alto da Vigia e a consequentes reparos que tenham implicado reformulações.

⁹⁸ Em conjugação com as indicações de Boléo 1940: 40 e passim; Azevedo 1988: 105; Caetano 2000: 14-23; Ribeiro 1995-2007: 607; Ribeiro 2000: 236; Gonçalves 2011: 19; Borges 2012a: 118-119; Borges 2012b: 37-38; Borges 2015b: 152-158.

do Ferro⁹⁹ e até mesmo no contexto comercial regional do Bronze Final¹⁰⁰. Contudo, por agora exploraremos apenas as cronologias romanas.



Figura 7. Foz da ribeira de Colares, praia das Maças (Foto: Marco Oliveira Borges).

Evidências que não podem deixar de ser exploradas em ligação com a ideia de navegabilidade do rio de Colares, bem como de entrada de mercadorias através desse curso de água, prendem-se com os materiais arqueológicos detectados na *villa* romana de Santo André de Almoçageme (fig. 8), nomeadamente os de importação marítima.

Situada actualmente a c. 3 km da foz da ribeira de Colares, esta *villa* é aquela que, até ao momento, foi identificada como estando na posição mais ocidental do mundo romano. Apesar das primeiras recolhas conhecidas de materiais neste local remontarem a 1905, somente na Primavera de 1985 tiveram início escavações arqueológicas de forma metódica, motivadas pela descoberta ocasional de estruturas *in situ* no terreno de exploração agrícola voltado a Sul (“Terreno A”)¹⁰¹ e que abrange uma área aproximada de 1.200 m². Após três campanhas de escavação arqueológica (1985, 1986 e 1987), concluiu-se

⁹⁹ Cf. Boléo 1940: 40.

¹⁰⁰ Cf. Cardoso e Sousa 2014: 366.

¹⁰¹ Sousa 1992a: 85-86.

estar perante um sector exterior ao espaço residencial da *villa*, sendo classificável como olaria de cerâmica de construção e que, em determinado momento, terá funcionado como lixeira, acabando assim por reunir materiais dos vários sectores desse *habitat*¹⁰². Entre todo o espólio recolhido nas três campanhas destaca-se o elevado número de fragmentos cerâmicos (c. 87% do total das peças obtidas), sendo significativa a presença de cerâmica fina de importação¹⁰³. Neste enquadramento, foram detectados materiais provenientes de quatro grandes centros exportadores no “Terreno A”:

1) Norte de África: O conjunto das cerâmicas *terra sigillata* africana (clara A, A/C, C e D) obtidas corresponde a um total de > 95% dos materiais recolhidos (1.378 fragmentos), constituindo esmagadoramente o centro exportador mais representado e quase que detendo a exclusividade da *terra sigillata* detectada neste sector da *villa*.

2) Hispânia: Representa apenas < 3% (= 36 fragmentos), percentagem que é dividida entre a *terra sigillata* hispânica (> 1% = 20 fragmentos) e a *terra sigillata* hispânica tardia (1% = 16 fragmentos)¹⁰⁴. Esta última, detectada em poucas estações portuguesas, pelo menos até 1992, era cerâmica fina de importação produzida na região central do Norte da Península Ibérica, tendo “um circuito comercial essencialmente interior e fluvial”¹⁰⁵.

3) Sul da *Gallia*: Detém somente perto de > 1% (= 19 fragmentos)¹⁰⁶.

4) Mediterrâneo Oriental: Com a presença de *Late Roman C Ware*, detém < 1% (= 9 fragmentos) de toda a cerâmica fina registada no “Terreno A”¹⁰⁷.

Com base na presença de *terra sigillata* sud-gálica, Élvio Melim de Sousa remontou a construção e ocupação desta *villa* ao século II d.C., possivelmente à segunda metade. Contudo, foi ao longo do século III que os índices de ocupação aumentaram consideravelmente, registando o seu apogeu já na segunda metade dessa centúria e mantendo-se constantemente elevados por todo o século IV, conforme deixam perceber as altíssimas percentagens de *terra sigillata* clara C e D¹⁰⁸. O conjunto de *terra sigillata* africana detectada (clara A, A/C, C e D) revela “uma forte e intensa relação entre *Olisipo* e o Norte de África na segunda metade do séc. III d.C. e durante o séc. IV, à qual não estarão alheios, certamente, a grandeza e a poderosa rede de difusão comercial das fábricas norte-africanas, bem como o relevante papel do porto de *Olisipo* na recepção dos respectivos produtos e posterior difusão dos mesmos pelo ocidente da *Lusitânia*,

¹⁰² Sousa 1992a: 85-86.

¹⁰³ Sousa 1992a: 86.

¹⁰⁴ Sousa 1992a: 90.

¹⁰⁵ Cf. Sousa 1992b: 16.

¹⁰⁶ Sousa 1992a: 90.

¹⁰⁷ Sousa 1992a: 90.

¹⁰⁸ Sousa 1992a: 90.

e desde logo pelos seus *Agri*¹⁰⁹. A *villa* romana de Santo André de Almoçageme acabaria progressivamente por entrar em decadência, mas terá sido abandonada apenas em meados do século V d.C., ou até mesmo um pouco depois, a julgar pela detecção de cerâmica do tipo *Late Roman C Ware* e de *terra sigillata* hispânica tardia, sendo estes os materiais cerâmicos de cronologia mais recente que se encontraram até então¹¹⁰. Élvio Melim de Sousa acrescentou ainda que os resultados que se viessem a obter noutros sectores da *villa*, e através da análise de outros materiais, não modificariam substancialmente as conclusões que atrás foram avançadas. Os trabalhos mais recentes parecem confirmar isso mesmo.

Por Almoçageme passaria uma via secundária que fazia ligação com outros povoados da região, incluindo o Mucifal, e que também permitiria o acesso ao porto de Colares.

Outros dados arqueológicos importantes que podem ajudar a compreender melhor a presença romana na área de Colares e a fortalecer a ideia de navegabilidade do rio local durante o Período Romano estão nas ânforas que foram encontradas nas imediações daquele curso de água. Num estudo publicado há pouco mais de trinta anos, Frederico Coelho Pimenta deu a conhecer a seriação dos materiais anfóricos entrados até finais do primeiro semestre de 1983 no Museu Regional de Sintra, todos provenientes de estações arqueológicas daquele concelho. Esses materiais reportam-se a 37 exemplares de ânforas, abarcando uma cronologia datável entre os séculos II-I a.C. e IV-V d.C., ainda que para o caso de 6 diversos fragmentos de ânfora não tenha sido possível atribuir com segurança tais balizas temporais. Os materiais derivam, na sua esmagadora maioria, de recolhas de superfície, de achados fortuitos ou de antigas escavações. Neste sentido, é de salientar a ausência de dados estratigráficos sobre os materiais recolhidos, exceptuando para uma das ânforas encontradas no Faião (fig. 5), tal como para grande parte dos fragmentos provenientes dos trabalhos realizados nas ruínas de Cabanas (S. Marcos)¹¹¹.

Como é sabido, o estudo das ânforas é vital para a compreensão da economia antiga, das dinâmicas e das rotas comerciais, dos ritmos de consumo e dos hábitos alimentares, para além de ser fundamental para a obtenção de indicadores cronológicos¹¹². Não sendo possível explorar todos os dados apresentados por Coelho Pimenta, focaremos, por agora, apenas aqueles que tiveram proveniência de locais situados nas imediações da ribeira de Colares.

No caso do Mucifal (fig. 8), aldeia situada na margem direita da referida ribeira, foram descobertos alguns exemplares completos ou pouco fragmentados de ânforas romanas. A descoberta deu-se na década de 1950 durante a explo-

¹⁰⁹ Sousa 1992a: 90.

¹¹⁰ Sousa 1992a: 90; Sousa 1992b: 17.

¹¹¹ Pimenta 1982-1983: 117-119.

¹¹² Filipe 2008: 302.

ração de um areal localizado à saída Norte do Mucifal¹¹³. No total foram descobertos entre 5 a 7 exemplares, embora no seu estudo o referido autor apenas tenha tido oportunidade de apresentar duas das ânforas ali encontradas, as quais deram entrada no Museu Regional de Sintra em 1981. Uma ou duas, na altura da descoberta, tiveram como destino o Museu Nacional de Arqueologia, enquanto que duas ou três dispersaram-se por colecções particulares¹¹⁴. As duas ânforas provenientes do Mucifal que Coelho Pimenta teve oportunidade de estudar são do tipo Dressel 14 (fabricadas no Vale do Sado), datáveis dos séculos I-II d.C., e estavam vocacionadas para o transporte de pasta de peixe (*garum*). Tinham capacidade para 32-33 litros¹¹⁵.

Embora aparentemente encontradas sem contexto, é muito provável que as ânforas do Mucifal, podendo fazer parte de um número maior do que aquele que foi referido, estivessem associadas ao abastecimento de um *habitat* que terá existido nesta área. Se bem que não se tenha relacionado, já em Agosto e Setembro de 1905, no âmbito de algumas peças arqueológicas que deram entrada no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, também foi referida uma lista de objectos provenientes do Mucifal: 3 mós de pedra, 1 mediano romano de bronze, metade de um cossoiro, 9 machados de pedra, 64 *pondera* de barro e 1 capitel de calcário¹¹⁶. Ao que parece, embora não sendo certo, a descoberta destes materiais terá estado associada à realização de obras públicas, sendo que as evidências detectadas na altura terão levado a uma “exploração archeologica”¹¹⁷. Seja como for, estes materiais indiciam claramente a existência de um *habitat* romano na área do Mucifal (provavelmente uma *villa*¹¹⁸), que, devido à proximidade, poderia estar associado ao porto local (fig. 8). Acrescente-se que o topónimo Mucifal poderá derivar do árabe *mussaffa*, ou seja, “baixada”, “vale inundado”¹¹⁹, dando assim sentido à ideia de que toda a área da várzea de Colares e arredores era inundada pelo mar e acessível à navegação.

Numa outra hipótese, referida oralmente por José Cardim Ribeiro, foi sugerido que as ânforas do Mucifal poderão estar associadas à produção local de preparados piscícolas e à existência de cetárias. À semelhança do que poderá

¹¹³ Pimenta 1982-1983: 135-137.

¹¹⁴ Pimenta 1982-1983: 137.

¹¹⁵ Pimenta 1982-1983: 135-138 e 145-147. De uma forma geral, as ânforas Dressel 14 eram contentores largamente produzidos nas olarias da Lusitânia, mais concretamente no Algarve, nos vales do rio Tejo e do rio Sado, bem como em Peniche, entre meados do século I e inícios do século III d.C. Destinavam-se ao transporte dos preparados de peixe produzidos na Lusitânia, sendo estes contentores uma criação local que posteriormente seria imitada nos centros de produção bética (Filipe 2008: 321).

¹¹⁶ Campos 1906: 284, 287 e 289.

¹¹⁷ Campos 1906: 284 e 287.

¹¹⁸ Sousa e Sepúlveda 1999: 64.

¹¹⁹ Alves 2013: 664.

ter acontecido no vale do Lizandro, é possível que nas margens do antigo rio de Colares tenham existido cetárias, até mesmo a jusante do Mucifal. Faltam trabalhos de prospecção arqueológica ao longo desta área antigamente invadida pelo mar, sendo que a densa acumulação de areia e vegetação presentes nas margens, um pouco a montante da praia das Maças, poderão estar a ocultar importantes vestígios arqueológicos.

Por sua vez, no Lugar do Marcador (Nafarros), próximo do Mucifal e também na margem direita do mesmo curso de água, uma recolha de superfície feita em 1977 permitiu identificar um fragmento de asa de ânfora como sendo do tipo Dressel 20. Com origem na Bética, algures entre os séculos I-II d.C., este tipo de vasilha/contentor destinava-se ao transporte de azeite¹²⁰.

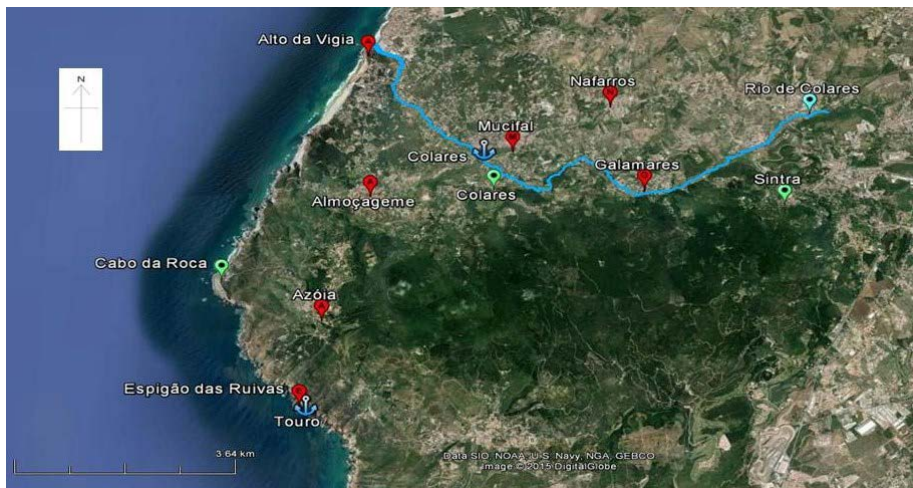


Figura 8. Vista parcial de Sintra com destaque para os principais locais em estudo¹²¹.

3. REDE DE TROCAS COMERCIAIS REGIONAL: INTEGRAÇÃO NO HINTERLAND ABASTECEDOR DE OLISIPO

Como teriam chegado os artigos de importação citados às *villae* e casais agrícolas da área em estudo (inclusive a outros locais dos arredores mas ainda não abordados)? Por via terrestre ou por via marítimo/fluviar? A área ocidental dos *agri olisiponenses*, na qual se insere o território em estudo, seria servida – como já foi evidenciado – por uma rede de caminhos com alguma importância, isto

¹²⁰ Pimenta 1982-1983: 135 e 145. Para além deste fragmento, o arqueólogo indica outros três fragmentos de exemplares de ânfora Dressel 20 recolhidos no concelho de Sintra: Cabanas-São Marcos, Ermidas-Assafora e S. Miguel de Odrinhas (cf. Pimenta 1982-1983: 122, 130 e 138). Mais recentemente, detectaram-se também destes exemplares no Casal do Rebolo, no Telhal e, novamente, em S. Miguel de Odrinhas (vide infra, n. 164).

¹²¹ Seguiu-se o trecho da actual ribeira de Colares como mero indicador do antigo rio. Esse trecho de ribeira, porém, visualizado por imagem de satélite, perde-se na área da Cabriz.

se tivermos em conta a quantidade de vestígios de povoamento ali identificados. Para além da existência de uma rede viária secundária que ligaria os povoados da região entre si, ao mesmo tempo haveria uma conexão dessa mesma rede com a rede de estradas principal e que permitia a comunicação com *Olisipo*¹²². Como complemento, e tanto no caso do rio Lizandro como no de Colares, existiria uma articulação viária com esses cursos de água e portos locais.

Para além de Mafra e de Sintra estarem dotadas de portos e de rios navegáveis, factores que ampliavam e diferenciavam as possibilidades de saída da produção desta região e, por outro lado, de entrada de mercadorias vindas de fora, é preciso ter em conta que o transporte naval tinha maior rapidez e baixos custos quando comparado com o transporte terrestre¹²³. Deste modo, embora os materiais de importação dos sítios referidos – bem como de outros povoados dos arredores – pudessem ter chegado aos actuais territórios de Mafra e Sintra através das vias terrestres que os ligavam a *Olisipo*, em carroças puxadas por animais, parece-nos importante continuar a explorar a hipótese de também terem entrado no território por transporte naval e com apoio nos portos locais.

Tendo em conta que estamos perante uma região com terrenos característicos pela sua fertilidade e pela produção de importantes recursos económicos que também excederiam o consumo local, não esquecendo a importância da exploração aquática, nomeadamente através da pesca, no Período Romano ganharia forma uma rede de trocas comerciais regional em estreita ligação com *Olisipo*¹²⁴, sendo baseada no escoamento da produção agrícola (vinho, azeite, frutos e produtos hortícolas), dos preparados piscícolas (pelo menos no caso do Lizandro) e de outros tipos de mercadorias precisamente através dos rios em estudo. Os portos destes rios seriam de carácter privado, à semelhança do que se pensa para outros casos¹²⁵. É lógico pensar que alguns proprietários mais possantes e senhores das *villae* locais tivessem os seus próprios negócios com navios de média ou pequena dimensão envolvidos no transporte dos produtos até *Olisipo*, sendo que, já no seu retorno, poderiam trazer mercadorias de importação provenientes das mais diversas origens do mundo romano. Provavelmente nem todos os proprietários locais teriam navios que pudessem fazer esse transporte de mercadorias até *Olisipo*, se bem que se possa pensar que os que tivessem permitissem o transporte naval de produtos alheios cobrando determinado valor. Os navios que faziam estas ligações poderiam ser as *caudicariae* (ou *codicariae*),

¹²² Manique 1947: 74-78; Byrne 1993: 41; Mantas 1996: 880-885; Mantas 2003: 22; Cardoso 2004: 135-136; Gonçalves 2011: 18.

¹²³ “Basta recordar que o transporte em carro por terra custava, em média, por cada milha, onze vezes mais que por via fluvial” (Mantas 2004: 439).

¹²⁴ Almeida e Sousa 1996: 214; Gonçalves 2011: 16; Borges 2012a: 118; Borges 2015b: 154-157, 161 e 164.

¹²⁵ Mantas 2004: 436.

barcas fluviais e de cabotagem cuja presença parece vir atestada para o caso de Sines (porto de *Mirobriga*¹²⁶), contribuindo assim para o transporte da produção desta região integrante do *hinterland*¹²⁷ abastecedor de *Olisipo*.

O escoamento por estes rios também deveria abarcar alguns dos materiais extraídos das pedreiras e minas da região¹²⁸, tanto mais que, para o caso do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros, diversos autores referiram sobretudo a importância que teria tido para a saída dos monólitos das pedreiras de Montelavar, Lameiras, Armês (fig. 5) e de Pero Pinheiro¹²⁹. Contudo, no caso das indústrias mineiras romanas, a exploração destes recursos também estava associada a iniciativas municipais e estatais¹³⁰. Ou seja, se no caso da exploração e do escoamento dos produtos agrícolas (e outros) teríamos uma iniciativa de tipo privado, envolvendo os próprios proprietários e senhores das *villae* locais, para o caso dos minérios tal situação torna-se mais discutível, podendo as cidades ou o Estado agir como possesores e exercer directamente a exploração de minas e pedreiras ou arrendá-las a particulares. Porém, também existiam casos na Lusitânia em que as minas, sobretudo as de pequenas dimensões, eram de propriedade privada¹³¹.

Face ao que tem vindo a ser exposto, durante o Período Romano existiria, de facto, uma rede de compra/troca de produtos a nível regional que abrangeria os povoados das áreas destes rios e arredores, isto numa teia de ligações navais com *Olisipo*. No caso de Colares, e muito embora se saiba que anteriormente a 1377 o escoamento da produção sintrense destinado a Lisboa, Sevilha e a outros locais (incluindo ao Mediterrâneo) era feito através do porto de Cascais¹³², até porque o rio colarense por essa altura já não era navegável, para o Período Romano e ainda durante o islâmico¹³³, se bem que Cascais já devesse ter alguma importância sobretudo neste último período¹³⁴, diversa produção seria escoada por esse curso de água. De qualquer forma, é muito provável que o porto cascalense, servindo não apenas as povoações do actual concelho mas também algumas de

¹²⁶ Mantas 1998: 202-203, n. 13; Mantas 2004: 451, n. 66; Bombico 2011: 71.

¹²⁷ Sobre este conceito, igualmente aplicado para o estudo de épocas históricas posteriores, cf. Borges 2016a.

¹²⁸ José de Oliveira Boléo chega a remontar a importância do porto de Colares ao período pré-romano, dizendo que acaso os fenícios não viessem a este local, dado Sintra ser a região mais rica da Estremadura a nível de produtos minerais, era natural que os seus habitantes tivessem que se deslocar até Lisboa a fim de trocar esses produtos (cf. Boléo 1940: 40).

¹²⁹ Saa 1960: 12-14, 17 e 28-29; Ribeiro 1982-1983: 157 e 164-165; Byrne 1993: 42-43 e 46; Almeida e Sousa 1996: 213-214; Sousa e Miranda 2002: 292; Sousa 2007: 305; Gonçalves 2011: 16; Borges 2015b: 155-157.

¹³⁰ Alarcão 1990: 413-417.

¹³¹ Cf. os exemplos aduzidos por Alarcão 1990: 413-417.

¹³² Sobre este assunto e teias comerciais envolvidas, cf. Borges 2012b: 94-102.

¹³³ Caetano 2000: 33-34; Borges 2012a: 126.

¹³⁴ Borges 2012b: 208-209; Borges 2014: 425-426; Borges 2015c: 7-29.

Sintra, bem como o porto da Ericeira, fornecendo mercadorias às localidades de Mafra e evidentemente a alguns locais do presente concelho sintrense, também estivessem inseridos nestas rotinas comerciais romanas que visavam a difusão de produtos pelos *agri olisiponenses*¹³⁵. Na verdade, face às condicionantes a que os rios em estudo poderiam estar sujeitos, podendo ser navegáveis talvez apenas em períodos de preia-mar, o porto da Ericeira e o de Cascais poderão ter tido importância destacada no que respeita à saída e entrada de produtos e ao conseqüente abastecimento desta região. A partir dos referidos portos seria feito o transporte das diferentes mercadorias em carroças puxadas por animais, havendo uma distribuição pelos povoados envolvidos nestas ligações comerciais.

Em todo o caso, pela cronologia dos materiais arqueológicos que temos vindo a referir, e se, de facto, seguirmos a hipótese de que os mesmos tenham chegado ao interior de Mafra e Sintra pelos rios em estudo, então teríamos dois cursos de água a serem usados por navios romanos pelo menos entre os séculos I e V d.C. Todavia, não queremos com este incompleto enquadramento de sítios arqueológicos e materiais de importação identificados tentar demonstrar que todos eles tiveram entrada por estes rios e que só nessa cronologia salientada estes teriam sido navegados. Por um lado, deveria haver uma conciliação ou alternância do transporte marítimo com os abastecimentos terrestres destinados a *Olisipo* e vindos daquela cidade, até consoante a época do ano, não esquecendo ainda a provável importância do porto da Ericeira e do seu congénere de Cascais quanto à chegada de mercadorias e à conseqüente difusão pelo território. É de crer que fossem tidas em conta as melhores épocas do ano para se fazer o transporte por terra e por mar, tentando-se assim evitar os perigos e as dificuldades que as condicionantes atmosféricas e oceânicas poderiam causar à circulação dos meios de transporte envolvidos e que até poderiam levar à destruição ou à perda de mercadorias. Por outro lado, algumas evidências arqueológicas detectadas na região de Sintra são enquadráveis nos séculos II-I a.C. É o caso de certos elementos anfóricos provenientes de Colaride¹³⁶, Ermidas-Assafora (Dressel 1)¹³⁷ e de Cabanas-S. Marcos, sendo que neste último exemplo têm uma classificação neo-púnica (Dressel 18)¹³⁸. Devido à proximidade de Ermidas-Assafora em relação ao rio Lizandro, é possível que os elementos anfóricos aqui detectados possam estar associados a uma entrada no território por este curso de água ou até mesmo pelo porto da Ericeira, sítio por onde terão entrado mercadorias de importação ainda nos séculos II-I a.C.¹³⁹.

A actividade naval lusitana, algo que não tem recebido atenção significativa

¹³⁵ Desenvolveremos este assunto num outro estudo.

¹³⁶ Coelho 2002: 300, 308, 314 e 320.

¹³⁷ Pimenta 1982-1983: 126 e 128.

¹³⁸ Pimenta 1982-1983: 121.

¹³⁹ Vide supra, n. 38-41.

por parte dos investigadores mesmo quando se procura compreender o papel da Lusitânia perante o comércio marítimo externo¹⁴⁰, era comum a outros locais desta região. Além do porto da Ericeira e do rio Lizandro, alguns cursos de água situados no concelho de Mafra poderão ter tido semelhante papel na saída e entrada de produtos no território. Poderá ser o caso do rio Sarafujo e da ribeira de Ilhas, que terão de ser explorados numa oportunidade futura. Ademais, é muito provável que durante o Período Romano algumas enseadas do litoral sintrense, a Norte (Magoito e Samarra¹⁴¹) e a Sul da praia das Maças (praia Pequena¹⁴² e Assentiz¹⁴³), já tivessem alguma importância para a navegação e funcionado como ancoradouro, isto à semelhança do que sabemos pela documentação que começa a surgir a partir da Idade Moderna. É igualmente provável que nas suas imediações possam ter existido *habitats* ou apenas pequenos pontos de apoio à navegação durante a Antiguidade, situação que seria facilitada por condições meteorológicas e oceanográficas mais aprazíveis à fixação costeira do que na actualidade, sendo na altura caracterizadas nomeadamente pela menor intensidade de vento e de agitação marítima. Isso deveu-se à fraca presença de *upwelling* no Ocidente ibérico¹⁴⁴, traduzindo-se esse factor, efectivamente, na parca intensidade da nortada e menor altura das ondas em relação ao que no presente se verifica¹⁴⁵, se bem que não se possa falar numa total ausência de vento¹⁴⁶.

Já para Sul de Sintra, no actual território de Cascais, outros locais (portos e enseadas) terão tido alguma importância para a navegação regional e até de longo curso com destino ao Atlântico Norte e ao Mediterrâneo. É o caso do porto do Touro, limite costeiro Noroeste cascalense e outrora situado no termo de Sintra, estando ladeado do Espigão das Ruivas (poente), sítio arqueológico

¹⁴⁰ Mantas 1998: 199.

¹⁴¹ A área da praia da Samarra, local onde desagua uma ribeira com o mesmo nome e onde existiu povoamento pré-histórico, poderá ter funcionado como ancoradouro no passado, ainda que os relatos orais que o afirmam sejam algo fantasiados (cf. França e Ferreira 1958: 74). O reconhecimento geográfico desta área, aliado ao cruzamento de dados com as evidências e sítios arqueológicos romanos situados um pouco mais para o interior do território, poderá levar a hipóteses interessantes.

¹⁴² Próximo à Ponta do Alconchel, topónimo situado num pequeno promontório a Sul do Alto da Vigia e que separa a praia Pequena da praia Grande mas que tem sido erroneamente colocado no Alto da Vigia, vem representado um forte num mapa de 1756, o qual indica a praia Pequena como área de ancoradouro. O topónimo Alconchel, provavelmente associado a uma ocupação islâmica, permite colocar a hipótese de que o *ribat* do Alto da Vigia ou outras estruturas muçulmanas se estenderiam até ali. A julgar pela proximidade em relação ao famoso santuário romano, não é de excluir que este local também tenha sido ocupado durante o Período Romano. Abordaremos este assunto brevemente.

¹⁴³ Freire 2012: 65; Borges 2015b: 162-163.

¹⁴⁴ Dias 2004: 165 e 167; Soares 2004: 194.

¹⁴⁵ Arruda e Vilaça 2006: 35.

¹⁴⁶ Cf. Avieno 1992: 22 e 47, n. 34.

em que foram exumados materiais romanos e onde existiu uma estrutura que poderá ter funcionado como farol, se bem que o assunto levante várias dúvidas¹⁴⁷. Além disso, a arqueologia tem demonstrado a utilização romana da costa da Guia, com vários cepos de âncora detectados¹⁴⁸, do porto de Cascais e da área terrestre adjacente, com cetárias descobertas e materiais dispersos pelas imediações, não esquecendo outros achados obtidos ao largo da costa¹⁴⁹. Para o caso da Idade do Ferro, foram detectados materiais igualmente no sítio arqueológico flanqueado pelo porto do Touro e, possivelmente, na Guia, onde uma âncora de pedra recolhida ao largo poderá ser desse período¹⁵⁰, ainda que a questão levante sérias reservas. É possível que o porto do Touro, à semelhança do que se pensa para o caso da ribeira de Colares, já estivesse inserido na rotina de passagem dos navios incluídos nos circuitos comerciais do Bronze Final, estes últimos aproveitados pelos fenícios¹⁵¹.

Face a estes dados, torna-se claro que estamos perante uma área geográfica que também precisa de ser explorada com recurso à arqueologia subaquática¹⁵², se bem que para o caso da costa de Sintra¹⁵³ e Mafra, e devido à maior braveza do mar, seja sempre mais difícil de trabalhar do que em Cascais, onde está em curso, desde 2005, o projecto de carta arqueológica subaquática local, ainda que as balizas espaciais do mesmo comecem junto ao cabo da Roca, percorrendo todo o concelho cascalense e terminando já na barra do Tejo, junto a São Julião da Barra¹⁵⁴.

Voltemos à rede comercial regional do Período Romano que temos vindo a referir. Um dos produtos que poderá ter tido destaque de produção no território do actual concelho de Sintra, e sido escoado pelo rio de Colares para *Olisipo*, é o azeite. A partir deste último porto a produção dos *agri olisiponenses* também foi exportada para fora da Lusitânia, como terá sido o caso do azeite¹⁵⁵. Contudo, este é um assunto que tem despertado algumas reservas e dúvidas quando pensado em paralelo com o caso dos alegados armadores olisiponenses asso-

¹⁴⁷ Cardoso e d'Encarnação 1993: 150; Arruda e Vilaça 2006: 44; Carvalho e Freire 2011: 733; Borges 2012b: 39-40. Está para sair um estudo desenvolvido sobre estes locais entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna: Borges 2016b (no prelo).

¹⁴⁸ Freire et al. 2014: 36-43.

¹⁴⁹ Cardoso 2006: 145-150; Carvalho e Freire 2011: 728-731; Cardoso 2013: 9, 17, 30 e 47.

¹⁵⁰ Carvalho e Freire 2007: 6.

¹⁵¹ Borges 2016b.

¹⁵² Sobre o património cultural subaquático romano na costa portuguesa, cf. Bombico 2011.

¹⁵³ Monteiro 2013; Borges 2015b: 164.

¹⁵⁴ Cf. Freire, J., Bettencourt, J., Fialho, A. 2012: 365-368; Fraga et al. 2015: 457-460.

¹⁵⁵ Cf. Ribeiro 1994: 88-90; Cardoso e d'Encarnação 1995: 57-59; Mantas 1998: 225-229; Mantas 2003: 27-28; Guerra 2006: 281; Gonçalves 2011: 20-21.

ciados à exportação do azeite da região¹⁵⁶. Para a área ocidental dos *agri olisiponenses* também chegou a ser apontado um homem da região como estando ligado a *naves caudicariae*¹⁵⁷ (barcas fluviais e de cabotagem¹⁵⁸), sendo um barqueiro¹⁵⁹ ou armador destes navios. O seu nome, *L. Iulius Maelo Caudic(us)* (nascido c. 10 a.C.), vem referido numa epígrafe presente no fontanário de Armês e noutra encontrada em Granja dos Serrões, *villa* situada a c. 12 km (em linha recta) a Nordeste de Galamares. No entanto, uma análise comparativa destas duas epígrafes feita por Cardim Ribeiro permitiu interpretar *CAVDIC* não como abreviatura de *caudicarius* (barqueiro, armador de embarcações), mas sim como *Caudicus*, sendo este o seu provável segundo *cognomen*¹⁶⁰.

A possibilidade de este território ter produzido azeite em quantidade suficiente para exportação tem de ser pensada para uma época mais tardia. No seu estudo sobre o material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra, Frederico Coelho Pimenta indicou 4 fragmentos de ânforas do tipo Dressel 20, todos provenientes de achados com origens geográficas distintas no espaço sintrense¹⁶¹. Com efeito, isto levou à ideia de que o azeite que deu entrada naquele território entre os séculos I-II d.C. teve proveniência exclusiva da Bética, sendo esse o período áureo de fabrico azeiteiro naquela província. Porém, o investigador refere que “o ulterior desaparecimento do referido tipo anfórico, eventualmente não substituído, no território em estudo [Sintra], por recipientes de origem norte-africana, acaso apontará para uma intensa exploração da oliveira nos *Agri Olisiponenses* (ou próximo), pelo menos a partir de inícios do séc. III d.C.”¹⁶².

Assim, o provável incremento da produção de azeite a nível regional teria dispensado a sua importação a partir do referido período. Tal situação é pensável também com base no exemplo do Casal do Rebolo, local onde foram recolhidos vários exemplares de ânforas Dressel 20, estando ausentes – até 2011 – quaisquer contentores de conteúdo oleícola mais tardios¹⁶³. A presença destes contentores com origem na Bética também foi detectada recentemente em trabalhos arqueológicos realizados no Telhal e em S. Miguel de Odrinhas¹⁶⁴.

¹⁵⁶ Cf. Alarcão 1990: 433; Fabião 1993-1994: 240, n. 22; Ribeiro 1994: 88-90; Gonçalves 2011: 20-21.

¹⁵⁷ Vasconcellos 1913: 318 e 321, n. 2.

¹⁵⁸ Mantas 1998: 203, n. 13.

¹⁵⁹ Hübner 1871: 16.

¹⁶⁰ Cf. Ribeiro 1982-1983: 175-181. Sobre este assunto, cf igualmente Alarcão 1990: 433; Mantas 1998: 203; Almeida 2011: 68.

¹⁶¹ Vide supra, n. 120.

¹⁶² Pimenta 1982-1983: 146.

¹⁶³ Gonçalves e Coelho 2007: 2; Gonçalves 2011: 20.

¹⁶⁴ Coelho 2006-2007: 133; Gonçalves 2011: 20. Recentemente, nas imediações do Paço

Para além dos dados apontados e das possibilidades estabelecidas, alguns vestígios arqueológicos dispersos evidenciam a produção de azeite noutras partes do Ocidente olisiponense (Sintra e Cascais)¹⁶⁵. Ademais, os topónimos Chão da Oliva, Olival do Santíssimo, Zambujal, Zambujeiro, etc., permitem perceber que a existência de olivais/zambujais – ainda visíveis nalguns casos – e a possível produção de azeite cobriu uma área mais vasta nos actuais concelhos de Mafra, Sintra e Cascais. É de referir que a longevidade da oliveira estende-se por milénios, sendo o olival considerado a cultura arbórea mais estável que existe¹⁶⁶, podendo na área ocidental dos *agri olisiponenses* ainda subsistir árvores plantadas pelos romanos.

4. CONCLUSÃO

Entre os séculos I-V d.C., e muito provavelmente já antes, terá existido uma rede de comércio naval que fazia fluir pelos rios Lizandro e Colares os navios com mercadorias desta região, envolvidos numa teia de ligações com *Olisipo*, alargando assim as possibilidades e capacidade de transporte para aquele centro urbano, bem como fazendo o sentido inverso. Note-se que esta cronologia coincide precisamente com a ocupação romana do Alto da Vigia conhecida até ao momento¹⁶⁷, área onde existiu o famoso santuário mas que deverá ter tido igualmente outras funcionalidades. Outros cursos de água deste território poderão ter tido semelhante papel e funcionado como espaços portuários, beneficiados pelo avanço do mar para o interior dos vales, pelo que poderemos estar perante uma dimensão ainda mais ampla de movimentação naval fluvio-marítima no Ocidente do *Municipium Olisiponense*.

De uma forma geral, a existência desta rede comercial terá sido outro dos factores que terá potenciado o povoamento e o desenvolvimento sócio-económico da região em estudo, tendo de haver, para além de *villae*, outras formas de ocupação do espaço e estruturas de produção e de apoio às actividades. Os navios que faziam as ligações com *Olisipo* estariam na posse dos proprietários mais possantes e senhores das *villae*, sendo provável até que este fosse um negócio que tivesse chegado a envolver algumas famílias da região. No retorno aos rios Lizandro e Colares os navios trariam os produtos de importação provenientes das mais diversas origens do mundo romano que chegavam a *Olisipo*.

Em todo o caso, são muitas as dúvidas, sobretudo a nível da caracterização da

de Sintra também foram detectados 3 fragmentos de cerâmica que levaram à hipótese de um deles ser um fragmento de parede de ânfora do tipo Dressel 20, mas essa hipótese acabou por ser afastada a favor da ideia de fragmentos de anforetas de cronologia moderna (cf. Coelho 2004-2005: 136-137).

¹⁶⁵ Ribeiro 1994: 88-90; Cardoso e d'Encarnação 1995: 57-59.

¹⁶⁶ Ribeiro 1979: 5.

¹⁶⁷ Cf. Gonçalves 2016: 7, 67, 70 e 90.

ocupação do espaço – havendo com grande frequência apenas dados dispersos, fragmentários e sem contexto –, mas também relacionadas com o trajecto abrangido pelas vias terrestres e a sua ligação com os focos portuários. Acresce o facto de não se saber se na Antiguidade os rios em estudo eram navegáveis a tempo inteiro, sendo possível que fossem apenas durante os períodos de preia-mar, situação que poderá ter feito da Ericeira e de Cascais portos com maior importância no que respeita à saída dos produtos da região, bem como no abastecimento da área ocidental dos *agri olisiponenses* com mercadorias vindas de *Olisipo*.

Apenas o continuar da exploração geográfica do território, do trabalho de sistematização e problematização dos dados arqueológicos da região, bem como de eventuais novas escavações e o cruzamento de dados com a documentação histórica posterior e a toponímia, poderão ajudar a ir mais além no campo das interpretações. A todo este conjunto de actividades que se complementam acrescenta-se a necessidade do recurso a estudos paleoambientais, paleoclimáticos e paleogeográficos, tal como à arqueologia subaquática entre o litoral de Mafra e Sintra, nomeadamente através da prospecção geofísica em pequenas enseadas de abrigo e de apoio à navegação. Ainda que este último seja um trabalho difícil de efectuar de forma sistemática, até devido às razões mais atrás apontadas, não é impossível de levar a cabo, sendo de pensar na elaboração de um projecto de investigação para esta área geográfica, que, aliás, esteve na rota de importantes circuitos comerciais internacionais e foi marcada por diversos naufrágios¹⁶⁸ e ataques de corsários ao longo dos séculos¹⁶⁹.

Um aspecto ainda a salientar é o de que estas relações mercantis romanas a nível regional e as consequentes movimentações navais nesta área terão sido antecedidas por semelhantes actividades que já vinham do Bronze Final e da Idade do Ferro, tendo estes períodos de ser melhor explorados em trabalhos futuros. Por fim, espera-se que o presente estudo possa servir de estímulo para a análise de mais cursos de água outrora navegáveis, de aparente pouca importância ou cuja antiga navegabilidade é praticamente desconhecida, sobretudo por mudanças geomorfológicas drásticas operadas ao longo dos séculos e que dificultam a compreensão de certos espaços. Embora por vezes sejam subvalorizados e alvo de cepticismo exagerado, alguns destes locais tiveram a sua importância em larga diacronia, podendo ter tido alguma utilidade portuária durante o Bronze Final, Idade do Ferro e Período Romano, mantendo-se ainda na Idade Média.

¹⁶⁸ Os mais antigos que se conhecem para a costa de Sintra ocorreram em 1147, pela altura em que as forças cruzadas vieram auxiliar D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa aos mouros (Borges 2013: 126-127).

¹⁶⁹ Borges 2015b: 162-163.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Avieno (1992), *Orla Marítima*. Coimbra.
- Barros, João de (1953), *Crónica do Imperador Clarimundo*. Com pref. e notas de Marques Braga, III. Lisboa.
- Juromenha, V. (1989-1990), *Sintra Pinturesca, ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e seus arredores*. Sintra.
- Santa Anna, F. J. P. (1751), *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, II. Lisboa.

Estudos

- Almeida, J. (2011), *Contributo para o conhecimento das Elites Olisiponenses*, Dissertação de Mestrado em História Antiga. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Almeida, M. J., Sousa, A. C. B. (1996), “O Povoamento Rural Romano no Concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 95: 205-214.
- Almeida, R. A. (1950), “Cheleiros e os seus monumentos”, *Estremadura. Boletim da Junta de Província*, II, XXIV-XXV: 321-324.
- Alarcão, J. (1990), “A Produção e a Circulação de Produtos”, in J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal, I – Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa, 409-441.
- Alves, A. (2013), “Mucifal”, in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa, 664.
- Arruda, A. M., Vilaça, R. (2006), “O Mar Greco-Romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular”, in F. de Oliveira, P. Thiery e R. Vilaça (coord.), *Mar Greco-Latino*. Coimbra, 31-58.
- Assunção, G. (1967), *Mafra. Efemérides do Concelho*. Lisboa.
- Azevedo, J. A. C. (1988), *Velharias de Sintra*, VI. Sintra.
- Blot, M. L. (2003), *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a Arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa.
- Byrne, I. (1993), “A Rede Viária da Zona Oeste do Município Olisiponense (Mafra e Sintra)”, sep. de *Al-Madan*, II, 2: 41-47.
- Boléo, J. O. (1940), *Sintra e seu termo (Estudo Geográfico)*. Lisboa.
- Bombico, S. (2011), *Para uma valorização dos Itinerários Comerciais Romanos do Alto-Império no Atlântico – O papel do Património Cultural Subaquático*, Tese de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. Universidade de Évora.

- Borges, M. O. (2012a), “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I – Em torno do porto de Colares”, *História. Revista da FLUP*, IV, 2: 109-128.
- Borges, M. O. (2012b), *O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira*, Dissertação de Mestrado em História Marítima. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Borges, M. O. (2013), “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques”, *História. Revista da FLUP*, IV, 3: 123-144.
- Borges, M. O. (2014), “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do porto de Cascais”, in A. Cunha, O. Pinto e R. O. Martins (coord.), *Paisagens e Poderes no Medieval Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*. Braga, 409-441.
- Borges, M. O. (2015a), “A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo”, *História. Revista da FLUP*, IV, 5: 93-117.
- Borges, M. O. (2015b), “Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)”, *Actas das Jornadas do Mar 2014. Mar: Uma onda de Progresso*. Almada, 152-164.
- Borges, M. O. (2015c), “O navegador muçulmano Khashkhash e a possível ligação com o topónimo Cascais: problemas e possibilidades”, *Arquivo de Cascais. História, Memória, Património*, 14: 6-29.
- Borges, M. O. (2016a), “Hinterland”, in J. V. Serrão, M. M. e S. M. Miranda (ed.), *E-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa. disponível em <https://edittip.net/2016/02/29/hinterland/>.
- Borges, M. O. (2016b), “A importância do porto do Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna”, *História. Revista da FLUP*, IV, 6 (no prelo).
- Caetano, M. T. (2000), *Colares*. Sintra,
- Campos, M. J. (1906), “Acquisições do Museu Ethnologico Português”, *O Archeologo Português*, XI: 284-295.
- Cardoso, G. (2004) “Acerca das comunicações no Sudoeste do *Ager Olisiponensis*”, in J. Gorges, E. Cerrillo y T. N. Basarrate (ed.), *V Mesa Redonda Internacional Sobre a Lusitania Romana: Las Comunicaciones. Cáceres, Facultad de Filosofia y Letras. 7, 8, y 9 de noviembre de 2002*. Madrid, 135-146.
- Cardoso, G. (2006), “As cetárias da área urbana de Cascais”, *Setúbal Arqueológica*, 13: 145-150.

- Cardoso, G., d'Encarnação, J. (1993), "Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)", *Al-Madan*, II, 2: 150.
- Cardoso, G., d'Encarnação, J. (1995), "A *villa* romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural", *Revista de Arqueologia. Assembleia Distrital de Lisboa*, 2: 51-62.
- Cardoso, J. L., Sousa, M. J. (2014), "O Bronze Final na Serra de Sintra", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 361-374.
- Cardoso, J. P. (2013), "Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal [edição *on-line*]."
- Carneiro, A. (2010), "Em *pars* incerta. Estruturas e dependências agrícolas nas *villae* da Lusitânia", *Conimbriga*, XLIX: 225-250.
- Carvalho, A., Freire, J. (2007), "Âncora de pedra recolhida ao largo da Guia (Cascais)", *Al-Madan*, II, 15: 6.
- Carvalho, A., Freire, J. (2011), "Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta", *Roma y las Provincias: modelo y difusión. XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial*, vol. II. Badajoz, 727-735.
- Coelho, C. (2002), "Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2: 277-323.
- Coelho, C. (2004-2005), "Intervenção arqueológica no Hotel Netto: contributos para o estudo da evolução urbana da Vila Velha de Sintra", *Arqueologia & História*, 56-57: 123-140.
- Coelho, C. (2006-2007), "Ruínas arqueológicas de São Miguel de Odrinhas: a propósito da campanha de 1997", *Arqueologia & História*, 58-59: 119-142.
- Coelho, M. H. C. (1989), *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, I. Lisboa.
- Costa, A. F. (1939), *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*. Lisboa.
- Costa, F. (2000), *Estudos Sintrenses*, I. Sintra.
- Daveau, S. (1980), "Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos", *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 2: 13-37.
- Dias, J. M. A. (2004), "A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios", in A. A. Tavares, M. J. F. Tavares e J. L. Cardoso (ed.), *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*. Lisboa, 157-170.

- Diogo, A. M. D., Costa, C. H. (2000), “Notícia de um conjunto de cerâmicas romanas encontradas nos arredores da vila da Ericeira, concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 99: 207-215.
- Diogo, A. M. D., Costa, C. H. (2002), “Notícia do achado da estação romana do Casal Cordeiro, nos arredores da vila da Ericeira (concelho de Mafra)”, *Boletim Cultural* 01: 333-338.
- Diogo, A. M. D., Costa, C. H. (2005), “Materiais arqueológicos provenientes da Lapa da Serra”, *Boletim Cultural* 2004: 412-420.
- Fabião, C. (1993-1994), “O azeite da *Baetica* na *Lusitania*”, *Conimbriga*, 32-33: 219-245.
- Fernandes, P. A. (2009), “Notas sobre o urbanismo da antiga vila de Cheleiros”, *Boletim Cultural* 2008: 27-66.
- Fernandes, P. A., Vilar, M. C. (2009), *Identidades. Património arquitectónico do concelho de Mafra*. Mafra.
- Filipe, V. (2008), “Importação e exportação de produtos alimentares em *Olisipo*: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11, 2: 301-324.
- Fraga, T. M., Fonseca, C., Coelho, I. P., Freire, J., Carvalho, P., Teixeira, A. (2015), “Research in Maritime Archaeology in Portugal: a view of the Past and Present”, in S. Tripathi (ed.), *Shipwrecks around the World. Revelations of the Past*. New Delhi, 450-484.
- França, J. Camarate, Ferreira, O. da Veiga (1958), “Estação Pré-Histórica da Samarra (Sintra)”, sep. de *Comunicações dos Serviços Geológicos*, XXXIX: 61-98.
- Freire, J. (2012), *À Vista da Costa: a Paisagem Cultural Marítima de Cascais*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Freire, J., Bettencourt, J., Fialho, A. (2012) “Sistemas de Informação Geográfica na gestão do Património Cultural Subaquático: a experiência da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais”, in *2^{as} Jornadas de Engenharia Hidrográfica*. Lisboa, 365-368.
- Freire, J., Lacerda, M., Gonçalves, J. A., Cardoso, J. P., Fialho, A. (2014), “A navegação romana no litoral de Cascais. Uma leitura a partir dos novos achados ao largo da Guia”, *Al-Madan*, II, 19, I: 36-41.
- Freire, J. P., Passos, C. (1933), *Mafra. Noticia historico-archeologica e artistica da vila e do paço conventual*. Porto.
- Gandra, M. J. (2014), *A freguesia da Carvoeira (Mafra) de lés a lés*. Rio de Janeiro.

- Gandra, M. J., Caetano, A. (1995), “Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 94: 243-306.
- Gonçalves, A. (2011), *A Necrópole Romana do Casal do Rebolo (Almargem do Bispo, Sintra)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, A. (2014), *Alto da Vigia (Colares-Sintra). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2013* [policopiado].
- Gonçalves, A. (2016), *Escavação arqueológica do Alto da Vigia (Colares-Sintra): relatório da intervenção realizada em 2015* [policopiado].
- Gonçalves, A., Coelho, C. (2007), “Intervenção arqueológica no Casal do Rebolo (Sintra)”, *Al-Madan*, II, 15: 1-4.
- Guerra, A. (2006), “Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9, 2: 271-297.
- Gusmão, M. (2010), *Evolução actual do litoral Foz do Lizandro – Malhadinha*, Tese de Mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Hübner, E. (1871) *Noticias Archeologicas de Portugal*. Lisboa.
- Jordão, P., Mendes, P., Gonçalves, A. (2009), *Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos [de 2008]* [policopiado].
- Lopes, F. M. P. (1996), “Quadros sinópticos e mapas relativos aos subsídios para a carta arqueológica do concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 95: 228-257.
- Machado, J. P. (1977), “Porto”, in *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., IV. Lisboa, Livros Horizonte: 406.
- Manique, L. P. (1947), “O castelo de Mafra”, *Estremadura. Boletim da Junta da Província*, II, XIV: 73-83.
- Mantas, V. G. (1996), *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, I, Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Mantas, V. G. (1998), “Navegação, economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética”, *Hvmanitas*, L: 199-239.
- Mantas, V. G. (2003), “O porto romano de Lisboa”, in G. P. Berlanga e J. P. Ballester (coord.), *Puertos fluviales antiguos: ciudad, desarrollo e infraestructuras*. Valencia, 13-29.
- Mantas, V. G. (2004), “Vias e portos na Lusitânia romana”, in J. Gorges, E. Cerrillo y T. N. Basarrate (ed.), *V Mesa Redonda Internacional Sobre a Lusitania Romana: Las Comunicaciones. Cáceres, Facultad de Filosofia y Letras. 7, 8, y 9 de noviembre de 2002*. Madrid, 427-453.

- Marques, A. H. O. (1987), “A Circulação e a Distribuição dos Produtos”, in J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal, IV – Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa, 123-180.
- Matias, C. (2005), “Epigrafia romana de Mafra”, *Boletim Cultural 2004*: 73-131.
- Matta, A. (1981), “Demografia histórica do 1.º quartel do século XVIII. LV – Freguesia do Reguengo da Carvoeira limite do termo de Sintra no séc. XVIII”, *Jornal de Sintra*: 4.
- Mattoso, J., Daveau, S., Belo, D. (2013, 4ª ed.), *Portugal. O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. [Lisboa].
- Monteiro, A. (2014), “O património cultural subaquático da costa de Sintra”, conferência proferida no Hotel Tivoli (Sintra, 2/08/2014).
- Pimenta, F. C. (1982-1983), “Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra”, *Sintria*, I-II, I: 117-150.
- Pires, H. (2014), “Word from the South: a source for *Morkinskinna*?”, *Viking and Medieval Scandinavia*, 10: 173-186.
- Ribeiro, J. C. (1982-1983), “Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*”, *Sintria*, III, I: 151-476.
- Ribeiro, J. C. (1994), “Felicitas Ivlia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*”, sep. de *Al-Madan*, II, 3: 75-95.
- Ribeiro, J. C. (1995-2007), “*Soli aeterno Lvnæ*. Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da serra de Sintra: çum caso complexo de sincretismo?”, *Sintria*, III-IV: 595-624.
- Ribeiro, J. C. (2000), “*Soli aeterno Lvnæ*: o santuário”, *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, 235-239.
- Ribeiro, J. C. (2016), “*Ad Antiquitates Vestigandas*. Destinos e itinerários anti-quaristas nos campos olisiponenses ocidentais desde inícios a meados do século XVI”, in G. G. Germain (coord.), *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafia de tradición manuscrita* (no prelo).
- Ribeiro, O. (1979), “Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, sep. do *Boletim do LAPO*, VII, 2: 9-78.
- Saa, M. (1960), *As grandes vias da Lusitania. O itinerário de Antonino Pio*, III. Lisboa.
- Soares, A. M. M. (2004), “Identificação e caracterização de eventos climáticos na costa portuguesa, entre o final do Plistocénico e os tempos históricos – o papel do radiocarbono”, in A. A. Tavares, M. J. F. Tavares e J. L. Cardoso (ed.), *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*. Lisboa, 171-199.

- Sousa, A. C. (1998), *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da ribeira de Cheleiros*. Lisboa.
- Sousa, A. C. (2007), “Novas incorporações de velhas recolhas. Fragmentos reencontrados da (Pré) História do Penedo do Lexim”, *Boletim Cultural 2006*: 287-333.
- Sousa, A. C. (2008), “Arqueologia na A 21. Uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007”, *Boletim Cultural 2007*: 411-497.
- Sousa, A. C., Miranda, M. (2002), “Do adro da igreja à Junta de Freguesia de Cheleiros. História de uma intervenção arqueológica de emergência”, *Boletim Cultural 2001*: 283-332.
- Sousa, É. M. (1992a), “Ruínas Romanas de St.º André de Almoçageme”, *Actas do Seminário O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território, 17 a 19 de Março 1989*. Tomar, Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar: 85-91.
- Sousa, É. M. (1992b), “Terra Sigillata Hispânica Tardia da *Villa* de Santo André de Almoçageme (Colares, Sintra)”, sep. de *Artefactos*, I: 16-21.
- Sousa, É. M., Sepúlveda, E. (1999), “Artefactos romanos de seis estações arqueológicas do concelho de Mafra”, *Boletim Cultural 98*: 35-68.
- Vasconcellos, J. L. (1913), *Religiões da Lusitania*, III. Lisboa.
- Vasconcellos, J. L. (1975), *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, VI. Lisboa
- Veiga, E. (1879), *Antiguidades de Mafra*. Lisboa.